O TRABALHO E A RUA

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto **Ruben Cervini**

Organizadores

unicef
Fundo das Nações Unidas para a Infância

FLACSO
SEDE BRASIL
15º ANIVERSARIO

UNESCO

CORTEZ EDITORA

O TRABALHO E A RUA:
Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80
Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen
Preparação de Originais: Helder Garmes
Edição de texto: Adma F. Muhana
Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes
Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.
Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.
ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)
1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981
331.310981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO
Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

Sumário

Prefácio 9
Introdução 15

Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80 17

Ruben Cervini, Freda Burger

Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil. 47

I. As conseqüências da pobreza sobre
a infância e a adolescência 48
Ricardo Paes de Barros,
Rosane S. Pinto de Mendonça

II. Conseqüências de longo prazo
do trabalho precoce 56
Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

III. O papel da cor na inserção do menor no
mercado de trabalho metropolitano brasileiro 62
Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua:
os grandes temas de pesquisas na década de 80 69

Irene Rizzini, Irma Rizzini

Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das
suas características demográficas 91

Eduardo Juárez

Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:
estrutura e dinâmica familiar 117

Alda Judith Alves-Mazzotti

Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como
fascínio e descaminho 133

Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello

Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise
psicossociológica da dinâmica familiar em
condições de pobreza 151

Wilson Moura

Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política
social brasileira e
os problemas de infância e de juventude 195

Vilmar Faria

Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80 227

Ruben Cervini, Freda Burger,
Lucilene Dias Cordeiro

CRIANÇAS DE RUA:
Um estudo das suas características demográficas

Capítulo 4

Eduardo Juárez *(CEDEPLAR)*

Índice

Introdução

1. O estudo do "problema do menor"

2. A abordagem metodológica

3. Alguns resultados

4. A título de conclusões

Anexo 1 - Metodologia

Anexo 2 - Tabelas

...pois criança é, também,
o menino trombadinha.

Toquinho, Deveres e Direitos, em
Canção de todas as crianças.

Introdução

O tópico central da apreciação do fenômeno "crianças de rua" é a divergência que apresenta em relação a um padrão de vida supostamente normal, ligado com a idade, onde as atividades esperadas de uma criança seriam estudar e brincar, em condições de dependente dentro de uma família. Entretanto, sendo reconhecida a condição econômica como pano de fundo desta apreciação, são associados atributos familiares que supostamente agem para levar as crianças para a rua, segundo o raciocínio que relaciona a pobreza com a alta fecundidade, nascimentos fora de união, descaso e abandono pelas mães, e multiplicidade de parceiros, convergindo estas noções para uma hipótese de instabilidade familiar.

Mas as crianças de rua representam uma fenomenologia da pobreza que, diferente de outras crianças pobres, na favela, "periferia" ou no cortiço, são vistas por amplos setores da sociedade no seu dia-a-dia. Criança pobre é, na percepção pública, aquela para quem são feitas as políticas sociais: aquela que precisa de escola, alimentação, atendimento na rede pública de saúde etc. Mas essas crianças pobres são pensadas "lá": na favela, na periferia ou no cortiço. Os meninos pedintes, ambulantes ou limpadores de pára-brisas correspondem às crianças pobres de "cá": os meninos de rua.

O raciocínio de senso comum é que essas crianças, além do fato de serem pobres, não conseguem ser mantidas "lá" devido a outros motivos. Assim, na percepção pública, a explicação do fenômeno "crianças de rua" deve-se a fatores familiares, basicamente referidos à mãe: mães com muitos filhos, muitos parceiros e morando em muitos domicílios, motivos de desestruturação familiar e descaso pelos filhos, tendo a pobreza como pano de fundo.

A pesquisa social, ao se basear nestas noções como diretrizes conceituais, acaba por enfatizar o estudo do fenômeno "crianças de rua" tendo em conta, por um lado, uma noção de pobreza e idade e, por outro, uma concepção de abandono destas crianças pelas famílias. Aqui está subjacente a hipótese de instabilidade familiar, comum nesses estudos, como causa principal para um crescente número de "crianças de rua". Em estreita relação com a estigmatização social da condição de pobreza, os aspectos de "promiscuidade" das mães e descaso pelos filhos surgem como argumentos que justificam tal hipótese.

O estudo das crianças de rua enquadra-se geralmente em duas temáticas: uma do tipo pragmático, referida ao seu atendimento e, outra, relativa aos aspectos contextuais da sua gênese social: pobreza, "abandono", instabilidade familiar etc. Paradoxalmente, a grande maioria dos trabalhos sobre o tema, embora apresentem informações sobre algumas características demográficas dessas crianças e suas famílias, não ultrapassam as explicações de senso comum por causa do tratamento deficiente que dão ao assunto

Este trabalho, vinculado com a tese de Doutorado em Demografia do autor no CEDEPLAR/UFMG, baseia-se em entrevistas feitas com crianças freqüentadoras de seis organizações de atendimento de crianças de rua e com as suas mães na área urbana de Recife, e busca contribuir para o conhecimento das características demográficas das crianças de rua, discutindo também alguns aspectos contextuais.

O primeiro ponto apresenta uma revisão do tipo de aproximações que são comumente apresentadas nesta área; o segundo explicita a abordagem metodológica utilizada e a operacionalização dos conceitos; o terceiro mostra alguns resultados da pesquisa, e o quarto, algumas conclusões que decorrem das informações apresentadas. Os Anexos apresentam informações auxiliares.

1. O estudo do "problema do menor"

Dentro da demografia, as "crianças de rua" não têm sido tema de estudo em termos formais nem substantivos. No entanto, é comum achar em diversos trabalhos sobre meninos de rua informações "demográficas" relativas fundamentalmente a "menores" em famílias de baixa renda. É nesse tipo de aproximação que geralmente fala-se dos números estratosféricos de "menores carentes", "abandonados", "infratores" etc., incluindo-se, na construção social que se tem feito destes termos, todo o tipo de criança pobre, onde as "crianças de rua" constituem o componente comumente referido.

A literatura existente sobre a infância pobre no Brasil, que abrange o estudo do fenômeno "crianças de rua", cobre um amplo panorama temático com aproximações desde com o romance (*Capitães da Areia* de Jorge Amado, 1937), passando por um grande volume de literatura jurídica, de caráter histórico, sanitarista, até, mais recentemente, com a literatura surgida da sociologia, da antropologia, da ciência política e da economia[1].

Podem-se distinguir duas linhas básicas referentes ao estudo da infância pobre, que abrange as crianças de rua. Uma primeira, relativa ao atendimento das

1. Para uma análise da produção bibliográfica relativa ao tema "infância pobre" no Brasil, incluindo 212 títulos dos últimos 25 anos, ver Valladares (1988).

crianças carentes pelo setor público, onde a educação, o trabalho e o *status* jurídico do menor são as principais preocupações. Aí, enquadram-se temáticas tais como delinqüência, violência e criminalidade; trabalho do menor; legislação sobre o menor; o menor institucionalizado; educação; meninos de rua e política social para o menor. Nesta linha apresentam-se tanto colocações críticas em relação à situação e atendimento das crianças de rua como propostas alternativas a partir da definição do papel do Estado. A segunda linha refere-se ao estudo das próprias condições das crianças, abrangendo como temas criança e família, características sócio-econômicas e história da criança pobre. Nesta linha, o raciocínio básico, por um lado, coloca as crianças em relação a aspectos macrossociais e, por outro, em relação às famílias, ao entrosamento dos menores nas estratégias de sobrevivência familiares, como agentes econômicos.

Para o estudo das crianças de rua, a disponibilidade e idoneidade das informações demográficas são limitadas. No caso das informações primárias existentes, trata-se de levantamentos específicos segundo o interesse da pesquisa, onde aparece o componente demográfico como um referente geral sem maior elaboração, deficiente, seja pelos critérios e métodos de coleta ou pela forma de análise. Estas características das informações não permitem que sejam retomadas para um estudo demográfico, embora, às vezes, esteja nitidamente definido o universo de pesquisa como "crianças de rua" (ver, por exemplo, Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988; de Oliveira, 1989; Vainsencher, 1989; Ferreira, 1979).

Quanto às informações secundárias disponíveis, referem-se geralmente a pessoas na faixa de idade de 0 a 17 anos, em famílias de baixa renda, sendo assim de restrita utilidade para o estudo específico do fenômeno "crianças de rua".

Entretanto, do convênio IBGE/UNICEF, têm surgido diversas publicações referentes a pesquisas diversas sobre a população de 0 a 17 anos (Fundação IBGE/UNICEF, 1982, 1984, 1986, 1988a, 1988b, 1989) e recentemente têm sido produzidas uma série de informações estatísticas com o propósito de acompanhar a situação da criança e do adolescente, sendo basicamente tabulações especiais de censos, PNADs, RAIS, estatísticas escolares e de saúde.

Em relação ao estudo das famílias, predominam os levantamentos de informações individuais, referentes a pontos específicos no tempo, que dificultam por um lado a análise longitudinal e, por outro, de relações grupais (família, comunidade). No caso das informações domiciliares, o fato de estarem geralmente focalizadas a partir do chefe de família ou domicílio — método de chefia domiciliar (ver Brass, 1983; Nações Unidas, 1973) — não é possível captar a dinâmica do percurso de vida dos indivíduos ou da família, mas apenas se obter "imagens" médias dos grupos domiciliares.

Estas características das informações limitam grandemente o seu uso para o estudo demográfico das crianças em geral, dado que se trata de uma faixa etária que também é seletiva em termos familiares e, além disso, não refletem a dinâmica familiar na qual desenvolvem-se as condições de saída das crianças, seja considerando o relacionamento família/contexto sócio-econômico (análises de estratégias familiares) ou os papéis dos indivíduos nas famílias. A nossa preocupação é conhecer as forças que agem em nível familar e as suas mudanças no tempo que definem as estruturas familiares vivenciadas pelas crianças. Nesse sentido, Medina (1974:24) assinala, para o caso do Brasil, que "podemos estar seguros de que algo se transforma [em relação à família], mas o que efetivamente ocorre não sabemos".

Em resumo, consideramos que as estatísticas comumente geradas e usadas para se referir às "crianças de rua" apresentam-se deficientes, dadas: a) a falta de clareza conceitual dos termos habitualmente usados, que empobrece as possibilidades da análise; b) a abrangência dos instrumentos de coleta que, portanto, se referem a uma situação geral da população na faixa de 0 a 17 anos e dissolve em números médios e conceitos gerais as informações pertinentes para estudar demograficamente as crianças de rua; c) as informações serem geralmente levantadas para pontos específicos no tempo, não permitindo enxergar os percursos de vida dos indivíduos e nem de suas famílias.

2. A abordagem metodológica

A carência de informações adequadas para o estudo demográfico das crianças de rua exigiu um esforço conceitual e operacional para ultrapassar tais limitações. Em primeiro lugar, dentro de uma perspectiva analítica de histórias de vida, levantaram-se informações longitudinais retrospectivas das crianças e mães.

Em segundo lugar, conhecida a dificuldade que sempre surge no primeiro contato com as crianças de rua, em termos das informações que fornecem, trabalhou-se junto com organizações diretamente vinculadas a elas. Isto assegurou a qualidade das respostas, controlada pelo conhecimento que o pessoal das organizações dispõe sobre a vida das crianças, mas, por outra parte, foi necessário gerar um instrumental de coleta de dados adequados ao perfil dos entrevistadores, num processo conjunto de análise, avaliação e teste.

Em terceiro lugar, foi privilegiada a relação das crianças com a mãe. A díada filho-mãe representa neste trabalho o centro de atenção para estudar eventos demográficos familiares[2].

Dada a diversidade de noções que atualmente referem-se ao fenômeno "crianças de rua", consideramos

2. A posição central das mães para o estudo das famílias encontra-se sustentada, para o caso do Brasil, em grande diversidade de trabalhos, tanto dentro da demografia histórica como da contemporânea, que questionam profundamente o estereótipo da família "patriarcal". Evidências recentes com relação à co-residência com a mãe indicam que, para a população residente em regiões metropolitanas (onde habita 69% da população do Brasil em idades de 0 a 17 anos), 95,5% das pessoas nesta faixa etária residem com a mãe sendo a menor percentagem em Belém (92,2%) e a maior em Belo Horizonte

que, no intuito de conhecer e analisar as características demográficas deste segmento da sociedade, é necessário basicamente partir de uma definição operacional que incorpore as premissas conceituais sob a nossa consideração.

Neste trabalho partimos de uma definição fenomenológica das crianças de rua: crianças de rua são aquelas que freqüentam as organizações de atendimento a crianças de rua. Esta definição, embora simplista, refere-se diretamente àquelas crianças que a sociedade reconhece como em situação fora do normal, de acordo com as expectativas de papéis sociais segundo idade e gênero, nos quais as crianças deveriam se manter como dependentes familiares, dedicando-se a brincar e estudar. Na realidade deparamos com o fato de que nem todos os menores são dependentes e dedicam-se a brincar e estudar: têm que cobrir funções familiares dentro ou fora de casa.

Uma outra diretriz metodológica tem a ver com o método de escolha dos casos a serem trabalhados. A abordagem aqui feita foi a de selecionar as organizações, mais do que as crianças, pelo perfil de criança com que trabalham. Consideramos que, embora nossa aproximação não possa resolver plenamente a difícil questão da representatividade, ao se tratar de um estudo de caso restrito, tem o valor de explicitar o viés da seleção. Este trabalho explora as informações de 152 crianças vinculadas com seis organizações da área urbana da Região Metropolitana de Recife, e das suas 102 mães, incorporando indiretamente informações dos irmãos, quando necessário (ver Anexo 1 — Metodologia).

3. Alguns resultados

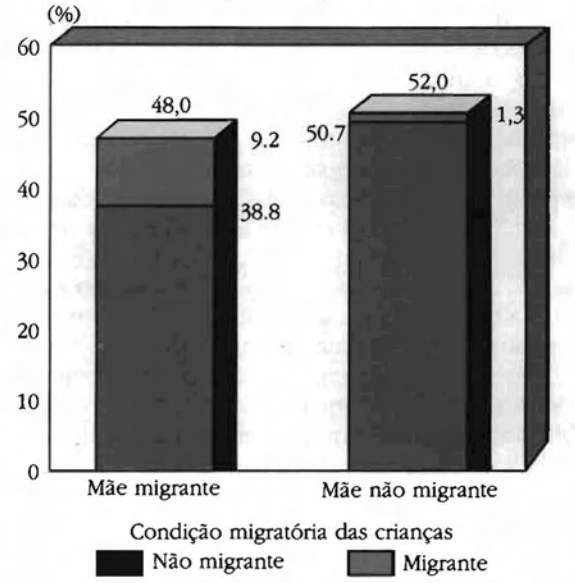
Cabe esclarecer que as informações aqui apresentadas têm um caráter descritivo das condições que apresentam as crianças e mães aqui pesquisadas. Isto é, não se pode atribuir representatividade para um conjunto maior de crianças devido às características estatísticas dos dados, por exemplo, tamanho da população em observação e a decorrente variabilidade. No entanto, como estudo de caso, lança algumas luzes sobre um segmento desta população, ligado com organizações de atendimento.

Este esclarecimento é muito importante, dado que o uso ou interpretação indevidos de informações de um estudo de caso pode levar a postulados gerais incorretos, conceitualmente, e inconsistentes, estatisticamente.

(96,5%). Para Recife, a percentagem é de 94% (Juárez, 1989). Também vale a pena levar em consideração que, segundo informações contidas neste relatório, 2% das mães nunca estiveram em união e 34% tiveram duas ou mais uniões, ao tempo em que 32% das mães têm tido dois ou mais domicílios. Estas situações indicam mudanças nas estruturas familiares e inclusive na hierarquia dentro das famílias, o que inviabiliza qualquer aproximação pelo simples critério de chefia familiar ou domiciliar. Daí que possamos considerar a mãe como o referente adequado para a nossa análise.

Gráfico 1

Condição migratória das crianças segundo condição migratória das mães



3.1. Características das crianças

A. *Gênero e idade*: existe um grande número de indivíduos do sexo masculino no conjunto estudado: 5,33 meninos para cada menina ou 84,2% de homens e 15,8% de mulheres. Em média, os meninos são um pouco mais novos do que as meninas (12,4 e 12,8 anos de idade, respectivamente).

B. *Condição migratória*: esta é uma das características que comumente se diz que está associada à condição de criança de rua, sendo colocado que, ao se tratar de migrantes, as suas oportunidades de "integração" vêem-se diminuídas. Esta colocação, surgida de uma interpretação simplista da inter-relação entre população e mudança social decorrente da teoria da modernização, tem sido rejeitada por evidência gerada pelo estudo da história da família (Hareven, 1987:VIII) e aqui é questionada mais uma vez. Na verdade, 89,5% das crianças não são migrantes (Gráfico 1).

Na suposição de uma "transitividade" intergeracional de falta de condições de acesso a um meio considerado "normal", caberia esperar que a condição migratória das mães afetasse os filhos, mas as percentagens de mães migrantes e não migrantes são virtualmente iguais. Daí, é possível dizer que ser ou não filho de mãe migrante não é um fator significativo para a composição do conjunto de crianças de rua. 50,7% das crianças filhas de mães não-migrantes, também não são migrantes.

C. *A ruptura da residência conjunta com a mãe* é outra das características que comumente se diz estar relacionada à condição de criança de rua. Supõe-se que estas são abandonadas pelas mães ou o descaso delas leva à separação dos filhos.

Gráfico 2

Trajetórias residenciais das crianças (percentagens de crianças)

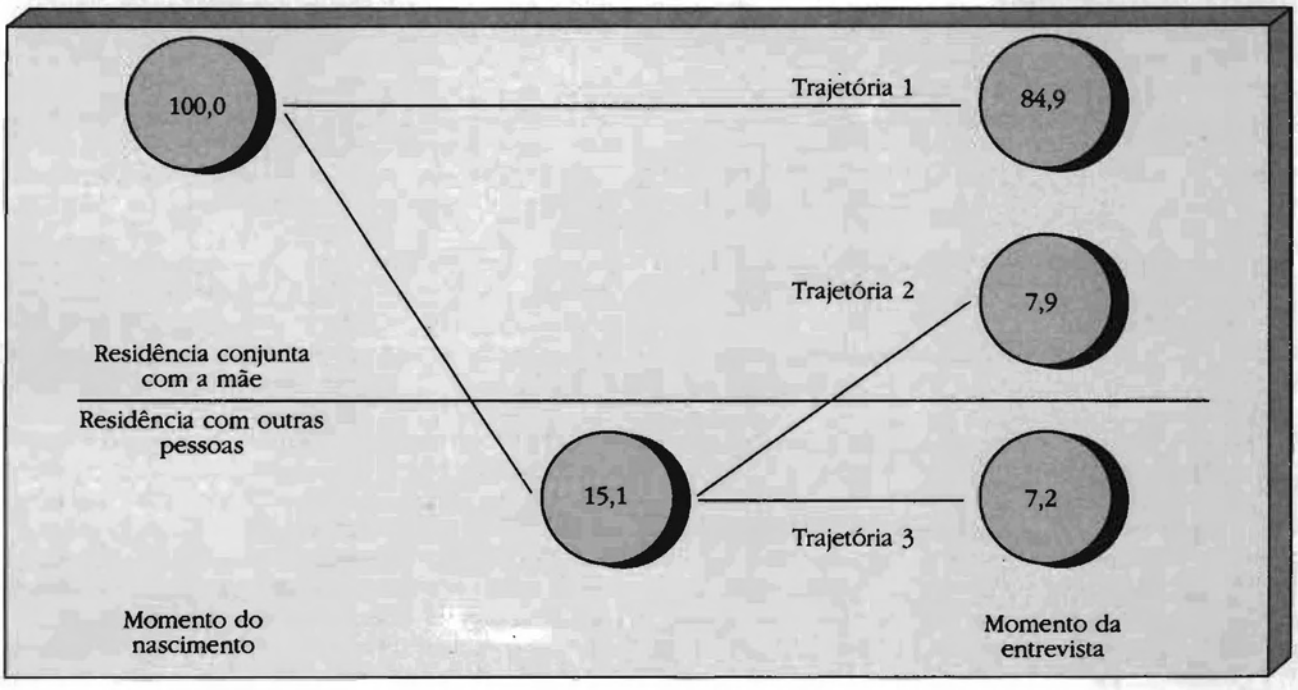


Gráfico 3

Crianças alguma vez não-residentes com a mãe. Pessoa que decidiu a saída (%)

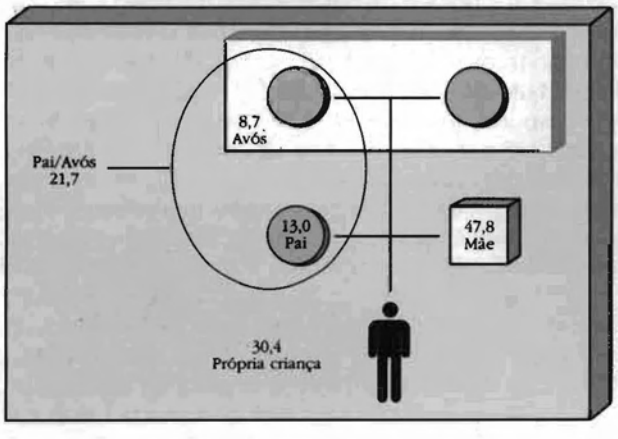
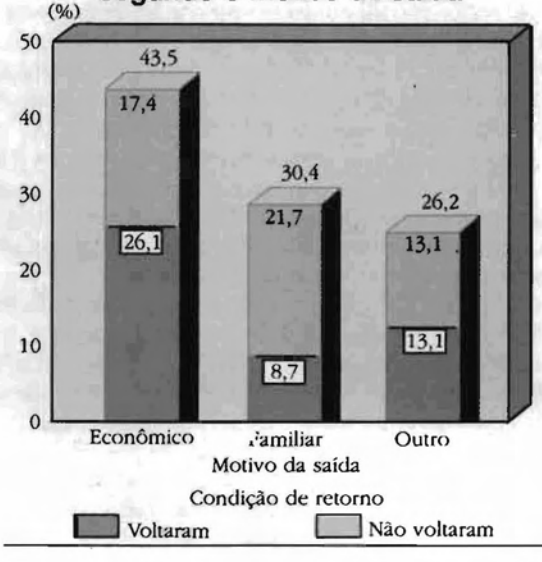


Gráfico 4

Crianças alguma vez não-residentes com a mãe, por condição de retorno, segundo o motivo da saída



Entre o nascimento e o momento da entrevista, o conjunto das crianças aqui abordado apresentou três diferentes tipos de trajetórias residenciais (Gráfico 2). A grande maioria sempre tem morado com a mãe (84,9%), enquanto 15,1% das crianças têm deixado de morar com ela: 7,9% voltaram depois e 7,2% não retornaram à moradia materna. Portanto, a presença de crianças na rua não é explicada pela ruptura da residência conjunta com a mãe.

Por outra parte, a decisão de as crianças deixarem de morar com a mãe inscreve-se sempre dentro da família, sendo que tem maior importância a decisão das mães em 47,8% (Gráfico 3). As próprias crianças decidiram a separação em número não desprezível (30,5%), enquanto em 21,6% dos casos o fizeram por decisão de outros parentes, sejam o pai ou os avós.

A tomada de decisões da saída das crianças associa-se com mais clareza as condições econômicas ou fami-